

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA**  
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**  
3 **ADOLESCENTE - CONANDA - DESCENTRALIZADA**

4 Às dezenove horas e trinta minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, no Auditório  
5 do Centro Integrado de Governo - CIG, localizado na Avenida Nazaré na cidade de  
6 Belém do Pará, deu-se início a Centésima Quinquagésima Primeira Assembléia  
7 Ordinária - Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do  
8 Adolescente - Conanda. A Mesa foi composta pela Presidente do Conanda Senhora  
9 Carmen de Oliveira, pela Vice-Presidente Senhora Maria Júlia Rosa Deptulski, pela  
10 Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente Senhora  
11 Maria Solange Lourenço Tavares e pela Coordenadora Nacional do Programa de  
12 Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Senhora Maria  
13 Cristina Albuquerque. **Pauta: I - Dia oito de maio:** - Audiência Pública para a  
14 apresentação do Projeto de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e  
15 Adolescentes na Área de Influência da BR 163 - Trecho Garantã do Norte - Santarém.  
16 **II - Dia nove de maio:** Assembléia Conjunta Conanda / CEDCA: a) Exposição e  
17 Debate sobre Políticas Públicas Sociais para o Enfrentamento da Exploração Sexual  
18 Praticada Contra Crianças e Adolescentes; b) Exposição e Debate sobre o Sistema  
19 Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase. **III - Dia dez de maio:** -  
20 Assembléia Ordinária do Conanda; **IV - Encerramento. Participantes:** Estiveram  
21 presentes os conselheiros titulares do Conanda: Antônio Pereira da Silva Filho,  
22 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e  
23 Filantrópicas; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos;  
24 Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin,  
25 Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria Aurilene Moreira Vidal,  
26 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski,  
27 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves, Movimento  
28 Nacional de Direitos Humanos; Maria Luiza Moura de Oliveira, Conselho Federal de  
29 Psicologia; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Maria  
30 Ignês Bierrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; José  
31 Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços;  
32 Carmen S. de Oliveira, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da  
33 República, Ivanildo Tarjara Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; José  
34 Eduardo Romão, Ministério da Justiça; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da  
35 Saúde; Luis Fernando de Lara Resende, Ministério do Planejamento, Orçamento e  
36 Gestão; Leandro da Costa Fialho, Ministério da Educação; Cristina de Fátima  
37 Guimarães, Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da  
38 Presidência da República. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a  
39 titularidade nesta Assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério do  
40 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do  
41 Trabalho e Emprego; Thais Borges S. P. Werneck, Ministério da Cultura. Tendo em  
42 vista as ausências justificadas das representantes da Pastoral da Criança e da Sociedade  
43 Brasileira de Pediatria, foram convocados e, estiveram presentes para assumirem a  
44 titularidade nesta assembléia, os conselheiros Manoel Onofre de Souza Neto, da  
45 Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e Elenice Baptista, das  
46 Aldeias Infantis SOS Brasil. Conselheiras Suplentes Não Governamental presentes:  
47 Iralda Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho e Maria Stela  
48 Santos Graciani. Estiveram também presentes, cinquenta e duas pessoas, sendo oito  
49 conselheiros estaduais do Estado do Pará, um conselheiro estadual do Amapá, três  
50 conselheiros municipais e um conselheiro tutelar. Os demais presentes eram operadores  
51 do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Conselheiros estaduais:  
52 Wilson César N. da Silva; Creusa dos Santos e Silva; Flaviana F. Barros; Íris da Silva

53 Soares; Elizete de Souza Paz; Jorge Borges; Antonio Gilson dos Santos; Maria do  
54 Socorro A. de Oliveira e Paulo Brasil Lima; Arlena Sarmiento de Freitas e Luciano Jair  
55 Bezerra do Cedca/Amapá. I - **Audiência Pública:** A abertura dos trabalhos da  
56 Audiência Pública foi feita pela Senhora Presidente do Conselho Estadual dos Direitos  
57 da Criança e do Adolescente, Maria Solange Lourenço Tavares que cumprimentou a  
58 todos e a todas e saudou os componentes da mesa na pessoa da Senhora Carmen,  
59 Presidente do Conanda. Destacou a importância do evento por ser a primeira  
60 Assembléia Descentralizada realizada naquele Estado. Enalteceu o Programa do  
61 Governo Federal e a implantação do Projeto de Enfrentamento da Violência Sexual  
62 Contra Crianças e Adolescentes para o enfrentamento do fenômeno da exploração  
63 sexual, a fim de modificar a história do Pará e atender o jovem de forma digna e  
64 humana. Ressaltou, que o Governo Federal estava inaugurando uma nova história nesta  
65 área. Abordou a questão das visitas feita pelo Conanda em duas unidades de internação  
66 de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, alegando que muitas  
67 coisas ainda precisavam ser melhoradas. Finalizando, pedindo que o Estado do Pará  
68 fosse reconhecido como um Estado que respeita suas crianças e adolescentes. A Vice-  
69 Presidente do Conanda saudou os presentes pela receptividade e também, destacou a  
70 importância da realização da Assembléia Descentralizada. Em seguida, houve a  
71 apresentação dos participantes. A Senhora Júlia enfatizou os objetivos da reunião e  
72 destacou os aspectos negativos da visita realizada nas unidades de internação, alegando  
73 que aquela era a realidade do país e que, verificar a situação daqueles adolescentes  
74 naqueles locais, só reforçava a defesa da não redução da idade penal. A Presidente do  
75 Conanda agradeceu aos operadores do sistema de justiça, bem como a oportunidade de  
76 conhecer melhor os problemas da região. Salientou que a Assembléia Descentralizada  
77 era um exercício importante, renovador e oxigenador para o Conanda. Salientou que  
78 naqueles dias estaria trabalhando para que, a responsabilização dos violadores e crimes  
79 desta natureza, não ficassem impunes. Destacou o lançamento do Projeto de  
80 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na área de  
81 influência da BR 163, o qual marcaria o Dia Nacional de Luta Contra o Abuso e a  
82 Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, alegando que o Projeto atendia a  
83 demanda do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável daquela rodovia, sendo a  
84 mesma uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)  
85 lançado pelo Presidente Lula. Informou que o objetivo do Projeto era trabalhar a  
86 prevenção por meio das escolas, da área da saúde e dos demais segmentos sociais do  
87 Estado. Agradeceu ao Governo do Estado do Pará, na pessoa da Presidente do Conselho  
88 Estadual dos Direitos e da Fundação da Criança e do Adolescente - Funcap, que as  
89 acompanhou na visita às duas unidades de internação. Durante a visita, conheceram o  
90 que estava sendo possível fazer num curto prazo, (o governo assumiu os trabalhos no  
91 início do ano) para a construção de uma grande rede de operacionalização do Sinase,  
92 com uma estrutura fecunda. Neste momento da assembléia desfez-se a mesa de abertura,  
93 tendo sido passada a palavra à Senhora Cristina Albuquerque para continuidade dos  
94 trabalhos. Inicialmente, a Coordenadora saudou os conselheiros do Conanda, os  
95 conselheiros estaduais e municipais dos direitos, os conselheiros tutelares e demais  
96 representantes dos órgãos e entidades presentes. Manifestou o seu reconhecimento pelos  
97 trabalhos das Senhoras assessoras técnicas da SPDCA / Conanda Bernadete, Célia e  
98 Jackeline, pela dedicação aos trabalhos realizados para a execução desta assembléia.  
99 Agradeceu também, à Senhora Maria do Socorro Maciel, pela sua luta incansável nesta  
100 área. Em seguida, fez uma retrospectiva sobre o processo de construção do Plano  
101 Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes,  
102 informando suas ações abrangentes nos aspectos econômicos, sociais e ambientais o  
103 qual contou com as sugestões de toda a sociedade. Complementou informando que o  
104 Plano abrangerá sete municípios do Estado do Pará e um do Estado de Mato Grosso,  
105 além da integração de doze ministérios integrantes do Fórum de Articulação. A  
106 Coordenadora apresentou o detalhamento dos objetivos, das metas e das fases de  
107 execução do Plano, destacando a sua dimensão. Informou que a semana do dezoito de

108 maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e  
109 Adolescente, contaria com ações de mobilização contra a violência sexual pelo Governo  
110 Federal, em parceria com o Governo do Estado do Pará, prefeituras dos municípios que  
111 compõem a BR. 163, com a Frente Parlamentar em Defesa das Crianças e do  
112 Adolescente, organismos internacionais e representantes da sociedade civil que juntos  
113 assinarão o "Pacto de Santarém", para firmar compromisso de ação conjunta dos  
114 poderes executivos federal, estadual e municipal para a criação e o fortalecimento das  
115 redes de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes das cidades de  
116 Santarém, Altamira, Novo Progresso, Trairão, Rurópolis, Itaituba e Belterra,  
117 priorizando ações de mobilização e articulação, análise da situação, prevenção, defesa,  
118 responsabilização e protagonismo juvenil. Destacou a realização de oficina no dia  
119 dezesseis de maio, sobre o papel do policial no enfrentamento da violência sexual contra  
120 crianças e adolescentes, tendo como público alvo as polícias federal, civil, militar,  
121 rodoviária federal e o corpo de bombeiros. No dia dezessete de maio o Ministério da  
122 Educação realizará seminário com os gestores municipais sobre o Projeto Escola que  
123 Protege, em parceria com a Secretaria Municipal, cuja proposta é formar os educadores  
124 para o combate à violência contra crianças e adolescentes. Foi informado ainda que, no  
125 dia dezoito de maio será o lançamento oficial do Projeto Escola que Protege, com a  
126 presença dos Ministros da Educação e dos Direitos Humanos. Neste dia também, a  
127 Polícia Rodoviária Federal irá apresentar uma atualização do mapeamento dos pontos  
128 vulneráveis à exploração de crianças e adolescentes e serão lançadas ainda as  
129 campanhas voltadas aos trabalhadores do transporte daquelas regiões, destacando a  
130 importância do Disque 100. Serão realizadas oficinas sobre saúde reprodutiva, para  
131 grupos de adolescentes e jovens, visita ao Congresso Nacional para solicitação da  
132 aprovação dos projetos que modificaram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do  
133 Adolescente, resultantes da CPMI da Exploração Sexual, (já aprovado no Senado  
134 Federal e que estão parados na Câmara dos Deputados) a entrega de abaixo-assinado  
135 feito pela revista Marie-Claire contra o turismo sexual, o Encontro de Executores do  
136 Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil e a realização de  
137 uma Blitz Cidadã. Finalizando, a Coordenadora informou que a proposta fora  
138 construída com a adesão do grupo de mulheres trabalhadoras do baixo amazonas, dos  
139 jovens e da participação especial da Secretária de Educação do município. Dando  
140 continuidade, deu-se início ao debate onde foram registrados os pontos que seguem: 1)  
141 Maria José/Secretária de Governo: Salientou que o asfaltamento da BR 163 era uma  
142 demanda de décadas, porém, destacou que muitas vezes nestas regiões a miséria  
143 advinha de grandes projetos que eram implantados sem as políticas sociais necessárias.  
144 Enfatizou as dificuldades de quem mora nessas regiões, alegando que se os Projetos não  
145 tivessem um acompanhamento sistemático trariam ainda mais problemas para a  
146 população. Considerou como avanços as políticas de acesso aos direitos, inclusive essa  
147 Assembléia Descentralizada; 2) Luís Dantas: Ressaltou a importância do Projeto e  
148 propôs que o Conanda e o CEDCA desenvolvessem audiência pública em Santarém,  
149 pautando o debate sobre o assunto; 3) Luciano/CEDCA /Amapá: Destacou que não  
150 havia interesse em resolver o problema da exploração sexual no Estado do Amapá,  
151 relatando os graves problemas que ocorriam na região do Oiapoc, solicitando ajuda  
152 neste sentido; 4) Arléna/CEDCA: Informou que o tema era uma discussão presente,  
153 inclusive na Ilha de Marajó. Comprometeu-se mobilizar o município de Santarém para a  
154 participação das atividades do dia dezoito; 5) Maria do Socorro/Delegada Titular da  
155 Polícia Civil do Estado: Propôs a interação das polícias de outros Estados, ressaltando a  
156 dificuldade em prender os aliciadores da exploração sexual e do tráfico, por se tratar de  
157 uma rede muito forte e que, para combatê-los, haveria necessidade de uma retaguarda  
158 forte também. Falou do agravamento da questão das crianças e adolescentes em situação  
159 de rua na cidade de Belém e das dificuldades de retirá-las das ruas, solicitando o  
160 empenho de todos neste trabalho; 6) Antônio/Secretaria de Educação: Abordou o  
161 problema da Funcap e das escolas que não são abertas à comunidade aos sábados e  
162 domingos e que, os educadores não estavam dando a devida educação aos estudantes.

163 Disse que a prostituição e a violência estavam dentro das escolas, propondo para isso a  
164 realização de um trabalho com estes jovens. Propôs também, que os estudantes  
165 participassem das oficinas com os gestores da educação; 7) Aurilene/Conanda: Falou  
166 das dificuldades de se trabalhar com a problemática, pela falta de retaguarda e de  
167 profissionais habilitados, destacando a necessidade de se priorizar esse atendimento.  
168 Destacou ainda que, se o governo estivesse priorizando esta área, era preciso também  
169 criar programas que dessem oportunidades e recursos humanos suficientes para atender  
170 também, as famílias; 8) Eugênia/Assistente Social/Coordenadora de produção de  
171 materiais educativos voltados à exploração sexual de crianças e adolescentes e do  
172 protagonismo juvenil: Falou da parceria com a Petrobras para capacitação dos agentes  
173 do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, por meio de vídeos para  
174 as escolas relacionados ao tema. Ressaltou as dificuldades de acesso aos materiais sobre  
175 o tema; 9) Ismar/Inspetor da Polícia Rodoviária Federal: Salientou que muitos projetos  
176 não davam certo porque havia falta de fiscalização, frisando que todos deveriam  
177 assumir as suas responsabilidades. Destacou a importância de se montar projetos com o  
178 envolvimento dos órgãos daquela localidade. Para ele, era necessário que todos  
179 abraçassem a causa. Também destacou a questão da retaguarda e do trabalho com as  
180 famílias pois caso contrário, o problema continuaria o mesmo; 10) Brígida/Assistente  
181 Social/Funcap: Citou o caso de duas adolescentes que sofreram violência sexual e que  
182 no momento estavam cumprindo medidas socioeducativas. Para ela, era necessário  
183 resolver a questão da responsabilização e do fortalecimento da rede; 11) Antônio  
184 Edson/MNMMR: Abordou a questão da fiscalização, do recebimento de propinas e da  
185 falta de políticas públicas e de estrutura necessária para o programa; 12)  
186 Nelcy/Assessora de Relações Nacionais da Polícia Civil: Abordou a questão do tráfico  
187 de seres humanos e da violência. Informou que o disque denúncia estadual seria  
188 implantado no dia seguinte na sede da polícia civil. Registrou também a necessidade de  
189 se discutir o controle social. Por fim, colocou-se à disposição para assessorar os  
190 gestores municipais; 13) Rosane Quaresma: /Universidade do Estado do Pará: Abordou  
191 a pesquisa feita pela universidade, onde apontava a necessidade do envolvimento das  
192 escolas nas questões da violência sexual, citando casos acontecidos nas escolas  
193 apontados na pesquisa. Citou a questão das diferentes culturas que existem no Estado  
194 como a cultura das cidades do interior, da área rural e dos ribeirinhos. Para ela, não era  
195 só a questão da municipalização, mas sim uma questão de cidadania. Por fim, destacou  
196 a questão dos ribeirinhos, informando que lá também existia a prostituição infantil e  
197 portanto, necessitando de políticas públicas voltadas para aquele segmento; 14)  
198 Núbia/Conanda: Propôs que os professores fossem inseridos nos projetos que serão  
199 desenvolvidos. A Coordenadora Cristina esclareceu que o Plano fora construído em  
200 dois anos, considerando os parâmetros estabelecidos. Com relação ao problema do  
201 tráfico informou que a coordenação estava acompanhando a sua rota. Quanto à questão  
202 do Oiapoc/AP, ressaltou que a situação estava sendo discutida na Comissão Intersetorial  
203 e que se tratava de uma questão processual. Com relação ao Ministério Público  
204 esclareceu que, a ABMP estava articulando por meio da ABMP /Centro de apoio  
205 Operacional de Belém o fortalecimento da rede de atendimento. No que tange ao  
206 formato das oficinas dos gestores da educação sobre o Projeto Escola que Protege, foi  
207 esclarecido que o ano de dois mil e sete será de mobilização e que as reuniões serão  
208 realizadas nos municípios pólos para interiorização das ações. A Presidente do Conanda  
209 fez um breve resumo dos assuntos debatidos com as devidas propostas de  
210 encaminhamento. Finalizando, a Presidente destacou que era preciso ter "iniciativa  
211 acabativa" bem como, pensar grande, fazer grande e colocar a mão na massa. A Vice-  
212 Presidente sugeriu que os pontos destacados na síntese fossem incluídos na Carta do  
213 Pará e; em seguida, agradeceu a presença de todos, informando a programação do dia  
214 seguinte. **II – Assembléia conjunta Conanda / CEDCA:** No segundo dia de trabalho,  
215 a reunião foi realizada na Estação das Docas do Pará – Mezanino das Artes Galpão 1B –  
216 Altos, com a pauta que segue: 1) Exposição e Debate sobre "Políticas Públicas Sociais  
217 para o Enfrentamento, a Exploração Sexual Praticada Contra Crianças e Adolescente".

218 A Mesa foi composta pela Senhora Cristina Albuquerque, Coordenadora Nacional do  
219 Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes,  
220 pelos conselheiros do Conanda Solange Martins, Ricardo Caporal e Maria Luiza e pela  
221 conselheira Estadual dos Direitos, Elaine Correia. A conselheira Solange abriu os  
222 trabalhos cumprimentando a todos em nome do Conanda, ressaltando que o objetivo da  
223 assembléia era fortalecer o dia dezoito de maio com reflexões e avaliações bem como,  
224 abrir espaços de discussão sobre a temática. Em seguida, informou aos presentes a  
225 programação do dia. A Senhora Cristina fez uma breve explanação dos programas que  
226 integram a Coordenação Nacional, conforme segue: **Disque 100:** Destacou a média de  
227 atendimento dia, a média de denúncias dia, o número de denúncias do período, a  
228 posição dos estados em relação ao quantitativo das denúncias e os encaminhamentos das  
229 mesmas. Apresentou um breve relato sobre a campanha de carnaval de dois mil e seis e  
230 de dois mil e sete, demonstrando a sua ascendência depois da mudança do disque para o  
231 número cem. Destacou as parecerias realizadas pela Secretaria Especial, com os  
232 Ministérios da Educação, Saúde, Esporte e Justiça, bem como, citou as principais  
233 estratégias do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à  
234 Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Território Brasileiro - Pair que  
235 eram a articulação em rede, as parcerias com o Mercosul e Estados Associados e as  
236 ações nas cidades gêmeas (vinte e oito cidades gêmeas). Esclareceu que o Projeto estava  
237 sendo construído com quatro países do Mercosul. A Coordenadora apresentou alguns  
238 destaques para as parcerias, como: a implantação do Pair em onze Estados da  
239 Federação; o Projeto Sentinela; o mapeamento de operações especiais e programas de  
240 capacitação pelo Ministério da Saúde; o Projeto Escola que Protege (nas capitais) pelo  
241 Ministério da Educação; campanhas e capacitação de agências de turismo, rede hoteleira  
242 e receptadores pelo Ministério do Turismo. Neste sentido, informou que o Ministério  
243 do Turismo estava propondo trabalhar com a geração de emprego e renda nesta área.  
244 Informou sobre a aprovação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de  
245 Pessoas e a criação de grupo de trabalho para a elaboração do plano nacional sobre o  
246 tema, composto pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pela Secretaria Especial  
247 de Mulheres e pelo Ministério da Justiça. Finalizando, informou sobre o Protocolo de  
248 Palermo (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime  
249 organizado "Por um Brasil sem Violência" (transnacional). A Conselheira Maria Luíza  
250 cumprimentou a todos dizendo que o motivo da assembléia os entristecia pois estavam  
251 tratando da violação de direitos de crianças e adolescentes. Ressaltou, que o dia dezoito  
252 de maio era um dia de reflexão, destacando os locais onde havia o leilão de crianças e  
253 adolescentes, o envolvimento de autoridades com a violação dos direitos e outros. A  
254 conselheira centrou a sua fala no Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência  
255 Infante-Juvenil que nasceu a partir da aprovação do Plano Nacional, com o  
256 estabelecimento de estratégias e eixos para o monitoramento. O Comitê era composto  
257 por uma Secretaria Executiva onde o Conanda era membro nato e que o ponto focal  
258 eleito pelo Comitê tinha sido o Estado do Amapá. Esclareceu que, para construir as  
259 estratégias de ação era necessária realizar a análise da situação (diagnóstico) e a  
260 elaboração dos planos estaduais e municipais aprovados nos seus respectivos Conselhos  
261 dos Direitos, sempre sob a orientação do Comitê Nacional. Ressaltou que era missão do  
262 Comitê acompanhar os Planos Nacionais e as Políticas Públicas. A conselheira fez uma  
263 retrospectiva sobre a construção das rotas sobre o tráfico de pessoas, alegando que este  
264 formato havia dado origem à política sobre o tema. Enfatizou que havia uma grande  
265 rede envolvendo a violação dos direitos da criança e do adolescente e que, para tanto,  
266 era necessário também uma grande rede de atendimento. Salientou ainda, a situação de  
267 violência das crianças e adolescentes e a necessidade de sintonia das ações nesta área.  
268 Finalizando, abordou a questão do desaparecimento de crianças e adolescentes  
269 envolvidos com a pedofilia, alertando que era necessário estar atento para estes  
270 problemas. A conselheira Eliane Correia, abordou a realidade do seu Estado em relação  
271 à rede de enfrentamento), identificando as principais delas, tais como: a) política de  
272 assistência social (Creas); b) política de educação (Projeto Recrear); c) questões

273 referentes à justiça. (como construir a rede de enfrentamento) A conselheira informou  
274 que na maioria dos municípios só havia os Cras, (previstos no Sistema Único de  
275 Assistência Social - Suas), cujo atendimento era para a gestão básica. Quanto à política  
276 de saúde, disse que só existia atendimento na capital. Quanto à política de educação, só  
277 o município de Jequiatiara trabalhava com ações de enfrentamento à exploração sexual  
278 de crianças e adolescente. A conselheira fez uma reflexão sobre os casos de violação  
279 alegando que, de modo geral não havia condições de se fazer o enfrentamento no Estado  
280 sem a integração das políticas. Falou das dificuldades para o enfrentamento  
281 intrafamiliar, porque envolvia a afetividade das pessoas. Fez uma breve análise da  
282 situação das famílias, citando a principal causa a violência doméstica. Para a  
283 conselheira, não bastava propor os serviços de enfrentamento sem antes, trabalhar os  
284 preconceitos existentes, e que a área da educação também precisaria discutir o assunto  
285 para se alargar a rede de atendimento. Por fim, a conselheira abordou a questão do  
286 orçamento e da não participação dos Conselhos no ciclo orçamentário (conhecimento do  
287 PPA, LDO e outros). Para ela, a integração entre governo e a sociedade não fluía pois  
288 cada um defendia somente a sua idéia. Disse acreditar no potencial das pessoas para  
289 alargar a discussão com os gestores públicos, com os Conselhos dos Direitos e com os  
290 Conselhos Tutelares. Neste momento, foi apresentado um vídeo sobre "Depoimento  
291 sem dano", onde narrava o depoimento de uma adolescente cujo pai era o seu abusador.  
292 O depoimento fora tomado pela Justiça da Infância e da Juventude do Rio Grande do  
293 Sul. A Coordenação da mesa abriu o debate tendo sido registrado os seguintes pontos:  
294 a) Solange/Conanda: Informou que a partir da implantação do Suas, o Projeto Sentinela  
295 havia desaparecido e que a complementaridade dos serviços passou a ser desenvolvida  
296 pelos Creas e que, os abrigos passaram a ser atendidos fora dos Creas. Enfatizou a  
297 importância de todos conhecerem o Suas. Quanto ao programa de enfrentamento,  
298 informou que ele se dava em trinta e seis municípios e que destes, dezenove estavam  
299 funcionando. Quanto aos recursos, uma parte era repassada pelo governo federal e uma  
300 parte como contrapartida dos municípios; b) Miriam/Conanda: perguntou se os estados  
301 que possuíam disque denúncias eram interligados ao disque 100. O disque 100  
302 repassava as denúncias aos estados e se eram monitorado os seus resultados. Se existia  
303 alguma articulação do Pair com o Sentinela e o sistema de retaguarda e, qual era a  
304 articulação do programa com a Polícia Federal, com o Ministério Público e com os  
305 Conselhos Tutelares; c) a vice-presidente do conanda Júlia Deptulski Questionou se  
306 havia no Projeto o envolvimento dos profissionais nas ações de capacitação; d)  
307 Leandro/Conanda: considerou importante o alargamento das discussões com as escolas.  
308 Propôs-se levar o debate às mesmas; e) Maria Ignês/Conanda: Elogiou os avanços nesta  
309 área. Também ressaltou o componente cultural envolvido na violência alegando, que se  
310 deveria considerar o agressor porque ele também era vítima no processo. Quanto ao  
311 vídeo apresentado, à conselheira indagou em que medida a entrevista fora avisado à  
312 adolescente bem como que a gravação faria parte do seu processo. A Senhora Cristina  
313 esclareceu que os disques não eram interligados e que não havia feedback sobre os  
314 disques dos estados. Esclareceu também que em breve seria feito o acompanhamento on  
315 line, o qual iria proporcionar o conhecimento das denúncias em tempo record e que  
316 atualmente o acompanhamento da denúncia era precário. Quanto ao Pair, cada cidade  
317 tem o seu programa e os Cras e os Creas funcionavam como portas de entradas do  
318 mesmo. A Coordenadora esclareceu todos os passos da denúncia os seus  
319 encaminhamentos bem como, a metodologia do Programa. A Senhora Presidente  
320 acrescentou que o Ministério do Turismo já dispunha de recursos da Comunidade  
321 Européia para a criação de Centros de Formação de Jovem nas Regiões Norte e  
322 Nordeste. Acrescentou que era necessário derrubar o mito de que o agressor também era  
323 uma vítima mas que, apesar disso, havia ações para o seu acompanhamento a fim de  
324 que ele não cometesse mais o delito. Quanto à denúncia sem dano, foi informado que as  
325 crianças e adolescentes eram informadas na audiência sobre o processo e sobre a  
326 filmagem. Além disso, era desenvolvido um trabalho com os mesmos para a criação de  
327 um vínculo de confiança entre eles e a equipe. A conselheira Maria Luíza ressaltou que

328 o combate à violação de crianças e adolescentes era uma questão de direitos humanos e  
329 que as permissividades, no caso da violência eram levadas em considerações às  
330 questões culturais e o lugar que a criança e o adolescente ocupavam na sociedade.  
331 Quanto ao agressor, a conselheira considerou que ele era um ser humano, mas também  
332 um sujeito que comera um ato de violação deveria ser punido. Continuando o debate,  
333 foram registrados os seguintes questionamentos: f) Socorro/Delegada de Polícia:  
334 Alegou que para propor ações contra o violador era necessário o Boletim de Ocorrência  
335 e quanto à saúde da criança violentada era necessário capacitar os profissionais da área  
336 de saúde de todos os locais e fortalecer as redes de atendimento. Sugeriu repassar aos  
337 presentes os nomes dos conselheiros nacionais para manter articulações quando  
338 necessária; g) Maria Elisa/OAB/PA: Destacou a falta de assistência aos municípios  
339 ribeirinhos, propondo que as verbas para a Amazônia fossem federalizadas, visto que os  
340 estados e municípios não tinham condições de arcar com as suas atribuições. Defendeu  
341 que o governo federal era quem deveria promover o atendimento à saúde. Por fim,  
342 propôs que a União construísse as escolas de ensino infantil, fundamental e  
343 profissionalizante; h) Manoel Onofre/Conanda: Lamentou a ausência dos juizes e  
344 Promotores de Justiça nesta Assembléia, onde estavam sendo discutidas e deliberadas  
345 políticas e também apontadas as principais situações daquele Estado. Sugeriu que os  
346 operadores do sistema de garantia de direitos fossem convidados para as discussões do  
347 Plano Nacional de Enfrentamento. O conselheiro abordou também a questão dos  
348 travestis daquele Estado e a falta de orientação aos mesmos; i) Núbia/Conanda:  
349 Questionou se o Projeto a ser lançado poderia se transformar em política pública e  
350 solicitou maiores esclarecimentos sobre o Projeto Escola que Protege e a inclusão do  
351 tema prostituição nas escolas, no Plano Nacional, alegando que os professores não  
352 estavam preparados para atuarem com a situação; j) Alena /CEDCA: Alegou que no  
353 Seminário Nacional sobre exploração sexual realizado no ano passado não havia sido  
354 definido o fluxo e nem enviado aos participantes o relatório com os resultados do  
355 evento. Solicitou que nesta assembléia fosse definido o fluxo e a porta de entrada do  
356 programa; l) Carmen/Conanda: Falou sobre a proposta de "Pairzinho", onde os jovens  
357 da rede apontavam os pontos vulneráveis do atendimento. Informou também, sobre o  
358 encontro com a Ministra da Secretaria Especial de Política para Mulheres para discutir  
359 como pautar a questão das meninas na rede. Quanto ao tema adolescente gay, propôs  
360 articular com o programa "Brasil sem Homofobia", alegando que havia possibilidades  
361 de financiamento de projetos para atender os adolescentes gays, inclusive nos centros de  
362 internação. Respondendo as questões apresentadas a conselheira Elaine ressaltou a falta  
363 de estrutura das delegacias e o abandono das famílias aos programas de retaguarda pelas  
364 dificuldades, principalmente no que tange a vaga nas escolas, por falta de recursos para  
365 os deslocamentos. Com relação à presença dos juizes, alegou que a Sejus era integrante  
366 do Conselho Estadual e, portanto, não precisava de convite para tal. Considerou a  
367 necessidade de qualificação dos profissionais da saúde e de melhor distribuição dos  
368 recursos para o estado e os municípios. A conselheira Maria Luíza agradeceu  
369 destacando a trajetória histórica do Estado do Pará na questão do enfrentamento da  
370 violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando vários avanços neste  
371 sentido. Alegou que a ida do Conanda naquele estado era reconhecer a sua luta.  
372 Conclamou a participação de todos nas consultas públicas como forma de minimizar a  
373 distância geográfica existente. A Coordenadora Cristina agradeceu a acolhida, embora a  
374 data não era motivo de alegria. Esclareceu a questão do envolvimento da ABMP no  
375 processo considerando fundamental o engajamento dos promotores no Programa. Com  
376 relação à porta de entrada do programa, sugeriu que a mesma fosse colocada como  
377 recomendação na Carta do Pará. Fez referência à Entidade que desenvolveu o vídeo  
378 "denúncia sem dano" considerando o seu trabalho de altíssima qualidade porém, a  
379 mesma se encontrava impossibilitada de conveniamento por não ter três anos de  
380 funcionamento como estabelecia a lei. Agradeceu à rede estadual e colocou a  
381 coordenação à disposição de todos. Finalizando, entregou um exemplar do Projeto BR  
382 163 à Presidente do Conselho Estadual dos Direitos. 2) Sistema Nacional de

383 Atendimento Socioeducativo – Sinase: No período da tarde deu-se continuidade à  
384 assembléia conjunta para discussão do Sinase. A Mesa foi composta pela Senhora  
385 Carmen Oliveira, Presidente do Conanda, pelo Senhor Geraldo Barros, Gerente do  
386 Programa de Medidas Socioeducativas do Estado e pelos conselheiros Eduardo Romão  
387 e Aurilene. O conselheiro Eduardo Romão abriu os trabalhos contando a história de  
388 como as “crianças na China de Henfil aprendiam solidariedade na escola”. Em seguida,  
389 passou a palavra à Presidente do Conanda que cumprimentou a todos e em seguida fez a  
390 explanação do Sinase esclarecendo, que o mesmo tinha sua origem no final da década  
391 de noventa com a discussão de um anteprojeto de lei apresentado ao Conanda oriundo  
392 da ABMP. Em parceria com a SEDH, Fonacriad, ABMP e Conanda foram criados dois  
393 grupos de trabalho para construção do Anteprojeto e do Sinase, sempre estabelecendo o  
394 papel da União, dos Estados e dos Municípios. Quanto ao Sinase objeto dessa  
395 discussão, foram destacados os Conselhos dos Direitos como órgãos deliberativos, as  
396 diretrizes do Sinase, o marco legal em normativas internacionais de direitos humanos e  
397 da criança e do adolescente, a mobilização das comunidades e da mídia, a inscrição de  
398 programas e o plano individual de atendimento. Com relação a intersetorialidade, citou  
399 as políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho e emprego, esporte e lazer.  
400 Em seguida, destacou o reordenamento do espaço público, apresentando os novos  
401 projetos arquitetônicos dos Centros de Internação dos Estados de Tocantins, Minas  
402 Gerais, Pará / Castanheiras e São Paulo/Fundação Casa. Foram citados os avanços no  
403 reordenamento físico por parte da SEDH/SPDCA no ano de dois mil e seis,  
404 apresentando dados estatísticos sobre o aumento da capacidade instalada entre os  
405 exercícios de dois mil e dois a dois mil e seis, os estados com maior déficit, a evolução  
406 das internações, demonstrando os avanços nas medidas socioeducativas no Brasil. Neste  
407 sentido, destacou-se que de acordo com as evidências preliminares não era preciso  
408 reduzir a idade penal mas sim, ampliar o cumprimento da lei já em vigor (Estatuto da  
409 Criança e do Adolescente) e materializar o Sinase. A Presidente informou sobre a  
410 constituição da intersetorialidade e da interinstitucionalidade pelo Governo Federal,  
411 sobre as estratégias de reversão do aprisionamento aumentando os recursos para o  
412 atendimento em meio aberto, sobre os investimentos na qualificação profissional, na  
413 gestão da informação. (sendo esta uma nova área da SPDCA). Foi destacado que o  
414 maior desafio para a implantação do Sinase, era a construção de espaços inclusivos.  
415 Finalizando, a Presidente deixou a todos a mensagem do Papa Bento XVI durante a sua  
416 visita a jovens infratores em Roma, “Os erros das pessoas ainda que graves, não  
417 impedem que Deus as ame”. O Senhor Geraldo cumprimentou a todos destacando que  
418 os governos estaduais que executavam as medidas socioeducativas exigiam um  
419 paradójico. Com relação ao governo democrático popular do Estado, salientou que o  
420 mesmo estava buscando ampliar os seus compromissos para romper com os conceitos  
421 cristalizados e instalar um novo processo e uma nova identidade institucional. Informou  
422 que a Funcap estava procurando pautar os programas e projetos, inclusive o Sinase. O  
423 Senhor Geraldo classificou a posição do Sinase na estrutura da Fundação da Criança e  
424 do Adolescente – Funcap como um Subsistema e, dentro dessa estrutura apresentou o  
425 marco legal, a composição do Sinase, à metodologia de gestão, os participantes  
426 envolvidos, o reordenamento do fluxo de atendimento e do organograma institucional,  
427 buscando atender as orientações estabelecidas. Destacou também os parâmetros da  
428 gestão pedagógica no atendimento socioeducativo, os parâmetros arquitetônicos, a  
429 readequação de novas unidades, o reordenamento jurídico, o monitoramento e a  
430 avaliação. Por fim, destacou com ênfase a questão da gestão da Fundação. Neste  
431 momento da assembléia, compuseram a Mesa os conselheiros Ariel/Conanda e Wilson  
432 César/CEDCA. O conselheiro Ariel parabenizou os palestrantes pela exposição do  
433 Sinase e em seguida, destacou que das áreas dispostas no Estatuto da Criança e do  
434 Adolescente a que menos tinha avançado era a do adolescente em conflito com a lei.  
435 Ressaltou que o Sinase era uma iniciativa de duas gestões passadas do Conanda, e que,  
436 se o mesmo tivesse sido criado há mais tempo não teria acontecido à votação sobre a  
437 redução da idade penal e que, agora, o principal desafio no momento era tornar o

438 atendimento socioeducativo uma prática. Fez referência à pressão da Corte  
439 Interamericana dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o Complexo Tatuapé –  
440 São Paulo e sobre o Caje – DF. Ressaltou, que além do Sinase tinha o Anteprojeto de Lei  
441 de Execução das Medidas Socioeducativas e a Resolução cento e quarenta e seis do  
442 Conanda, sendo esta última sempre desrespeitada, daí a necessidade da aprovação do  
443 Anteprojeto. Ressaltou a necessidade da compreensão do Sinase para não se desvirtuar  
444 o cumprimento do mesmo, citando vários exemplos sobre o assunto. Ressaltou a  
445 importância da intersetorialidade e da profissionalização dos adolescentes para se dar  
446 um salto de qualidade. Ressaltou, também a importância do papel dos Conselhos dos  
447 Direitos, do sistema de Justiça, alegando que a maioria dos programas não estavam  
448 inscritos nos Conselhos dos Direitos. Para ele, o Ministério Público, a Justiça e os  
449 Conselhos Tutelares não faziam a fiscalização necessária nas unidades de atendimento.  
450 O conselheiro Wilson César destacou as lutas e conquistas do Estado do Pará e a sua  
451 participação qualificada e comprometida com a causa. Disse que o Estado sempre se  
452 manifestava nos debates sobre o tema. Considerou que, o Sinase precisava avançar em  
453 muitos estados, principalmente no tocante a internação dos adolescentes. Parabenizou a  
454 Funcap pelo Relatório de Balanço dos três meses de governo e solicitou que o poder  
455 público das três esferas de governo garantisse o Sinase no orçamento. Neste momento,  
456 abriu-se o debate onde foram registrados os pontos que seguem: Nazaré / Defensora  
457 Pública: Informou a existência de Núcleo de Atendimento na Defensoria Pública nos  
458 municípios de Belém, Santarém e Ananideua; Josué / Assistente Social /Funcap:  
459 Abordou a insuficiência do orçamento e a necessidade de redimensionamento dos  
460 trabalhos da Instituição. Falou da Frente Popular da Maioridade Penal de Belém,  
461 propondo a criação do “dia do não a redução da idade penal”; Miriam/Conanda:  
462 considerou graves os desvirtuamentos do Sinase, bem como solicitou maiores  
463 informações sobre as medidas em meio aberto, indagando se essa gestão seria feita pelo  
464 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e como estava o andamento do  
465 Anteprojeto de Lei na Presidência da República. Neste sentido, a Presidente do Conanda  
466 informou que o PL encontrava-se pronto para ser assinado e encaminhado ao Senado  
467 Federal. Falou das propostas recebidas das capitais para o atendimento em meio aberto e  
468 que, a partir de dois mil e oito o Ministério do Desenvolvimento Social financiará o  
469 programa. A conselheira Solange complementou que desde o exercício de dois mil e  
470 seis o MDS vinha repassando recursos ao programa de medidas em meio aberto, assim  
471 como mantidas articulações com o sistema de garantia dos direitos da criança e do  
472 adolescente; Ana Lúcia/Psicóloga/Funcap: Abordou a questão do adolescente em  
473 conflito com a lei, portador de transtornos mentais, alegando que naquele Estado havia  
474 uma unidade específica para os casos, solicitando informações de outras experiências  
475 sobre o assunto; Cristina Guimarães/Conanda: Questionou sobre a situação dos Cras e  
476 dos Créas e qual o apoio do Estado neste sentido. Propôs visita do Conanda e do  
477 Condeca/SP nas unidades onde ocorrem os desvirtuamentos do Sinase;  
478 Lúcia/Univeridade do Pará: Ressaltou o comprometimento dos técnicos com o  
479 adolescente em conflito com a lei e o levantamento criterioso sobre a situação. Quanto  
480 ao manual de orientação sobre o Sinase informou que o Estado já possuía cartilha neste  
481 sentido. O conselheiro Ariel ressaltou que embora existisse a cartilha era necessário o  
482 manual sobre o Sinase, principalmente para os gestores dos programas. Propôs a  
483 realização de Seminário para tratar da implantação e da efetivação do Sinase. Quanto  
484 ao desvirtuamento, insistiu que não adiantava somente construir unidades, mas investir  
485 nas medidas de semiliberdade e de meio aberto. O Senhor Geraldo salientou que a  
486 atuação da Funcap era limitada, porém importante. Disse que o Estado tinha uma  
487 previsão para atender dezesseis municípios em meio aberto, relatando os critérios  
488 adotados para tal procedimento. A Senhora Carmen informou que no Encontro do  
489 Fonacriad havia sido discutida a questão dos adolescentes com problemas psiquiátricos  
490 citando o Estado do Paraná como experiência neste sentido. Com relação ao caso  
491 Champinha propôs que o Conanda se manifestasse sobre o assunto, considerando um  
492 direito fundante, porque ele já cumprira a pena imposta. Falou do Grupo de Trabalho

493 para estudar a questão do adolescente com transtornos mentais em parceria  
494 SEDH/SPDCA, Ministério da Saúde e Universidade Fluminense. Aurilene/Conanda:  
495 Propôs a criação de um Fórum das medidas socioeducativas, composto pelo governo e  
496 pela sociedade civil; Maria Ignês: Cumprimentou a todos pelo Sinase e salientou que os  
497 desvirtuamentos a ele atribuídos, na maioria das vezes, não eram aleatórios, mas faziam  
498 parte de um processo histórico de entraves e dificuldades às conquistas de direitos das  
499 crianças e dos adolescentes, a exemplo dos boicotes que acontecem nas Febens. Com  
500 relação à questão disciplinar, considerou importante aprofundar o assunto bem como a  
501 questão da profissionalização dos adolescentes. Perguntou sobre a realização de  
502 pesquisa com os jovens com perfis agravados, como no caso "Champinha". Finalizando,  
503 questionou como o Conanda poderia ajudar no caso da Instituição EREC - Ananideua,  
504 considerando que a situação não poderia continuar nem mais um mês. A situação de  
505 violação de direitos, observada na visita que os conselheiros do Conanda realizaram no  
506 dia oito de maio do corrente mês à referida unidade de internação não poderia continuar.  
507 Propôs que se constituísse no Estado uma comissão intersetorial e interdisciplinar para  
508 monitorar as imprescindíveis mudanças. O Senhor Geraldo falou da nova proposta  
509 pedagógica para corrigir as distorções, fazendo um relato de como a atual administração  
510 havia assumido a unidade e informando o compromisso da nova administração em  
511 mudar a EREC; Elisa/OAB: Questionou sobre a metodologia do Sinase e qual o volume  
512 de recursos o Estado do Pará iria receber para a implantação do sistema. A Senhora  
513 Carmen informou sobre as articulações da Comissão Intersetorial para a elaboração de  
514 Plano de Ação de dois mil e sete e, sobre o pedido de suplementação de recursos na  
515 ordem de setenta milhões de reais para o apoio à construção e reforma das unidades de  
516 internação. Abordou também os problemas de gestão das unidades e da pesquisa sobre  
517 os crimes hediondos praticados por adolescentes; Leandro/Conanda: Informou que o  
518 Projeto Escola que Protege seria lançado nas cidades de Recife, Fortaleza e Belém e,  
519 que o objetivo era a formação de professores sobre a temática exploração sexual de  
520 crianças e adolescente. Informou que as universidades criaram os núcleos e o Mec  
521 estava fazendo a divulgação do material sobre o projeto. Disse que a Comissão Gestora  
522 do Projeto era responsável pela criação dos fluxos do programa mas que era preciso  
523 intensificar a questão do trabalho infantil. A Presidente do Cedca falou sobre o  
524 reordenamento da Funcap alegando que a mesma era desvinculada da Assistência  
525 Social. Informou ainda, que o MDS somente repassava recursos aos municípios  
526 inscritos no Suas; Nazaré/Fórum Estadual DCA: Pontuou as dificuldades dos  
527 municípios solicitando que o Conanda visse o Sopia com muito carinho. Por fim,  
528 destacou a importância da articulação com as rádios e demais meios de comunicação  
529 para a implantação e implementação do Sinase, bem como a necessidade da capacitação  
530 dos seus atores; Manoel Onofre/Conanda: Primeiramente, o conselheiro informou sobre  
531 a morte de um adolescente no Estado do Rio Grande do Norte. Em seguida, indagou  
532 como estava sendo aplicado o recurso do governo federal. Citou que no Rio Grande do  
533 Norte, só havia uma unidade de internação e, em andamento, a construção da segunda  
534 unidade alegando como motivo a falta de vontade política do Estado. No caso  
535 "Champinha", o conselheiro esclareceu que não havia ordem legal para que o mesmo  
536 continuasse na Instituição; Jorge/Secretariado do Fórum Nacional DCA: Reivindicou  
537 mais ações como esta assembléia conjunta, considerando estas articulações  
538 fundamentais; Ângela Costa/Gestora /Funcap: Convidou o Conanda para visitar as  
539 unidades menores existentes no Estado para que pudessem conhecer o trabalho  
540 desenvolvido e os seus resultados; Ariel/Conanda: Também considerou extremamente  
541 importante e fundamental a ampliação do diálogo. Aproveitou a oportunidade para  
542 elogiar os levantamentos que estavam sendo feitos pela SPDCA sobre o ato infracional,  
543 bem como criticou a falta de políticas públicas existentes nesta área; Carmen/Conanda:  
544 Encerrou sua participação falando do respeito que aprendera ter com as equipes de  
545 trabalho das unidades de internação; Geraldo/MSE/Funcap: Falou da área técnica da  
546 Funcap alegando que a questão era de denúncias e de anúncios, sendo este último para  
547 anunciar a nova Funcap e a sua nova situação objetivando o seu fortalecimento; Wilson

548 César: Agradeceu a presença de todos anunciando a realização da oficina pelo Conselho  
549 Estadual dos Direitos, para formação dos Conselheiros Estaduais dos Direitos visando  
550 subsidiar as Conferências Municipais dos Direitos daquele Estado; Marta/Conanda: A  
551 conselheira informou que, enquanto professora da disciplina "Direito da Criança e do  
552 Adolescente", levava seus alunos a visitar uma unidade de internação. Na oportunidade,  
553 leu um trecho do relatório da visita feito por uma das alunas, a qual tecia suas  
554 considerações sobre o que viu na unidade e sobre o seu depoimento sobre a redução da  
555 idade penal. **III – Assembléia do Conanda:** No dia dez de maio às nove horas e trinta  
556 minutos deu-se início a assembléia do Conanda. No período da manhã as Comissões  
557 Temáticas se reuniram para tratarem de assuntos específicos de suas áreas de atuação.  
558 **Relato das Comissões Temáticas: 1) Comissão de Políticas Públicas:** O conselheiro  
559 Ariel fez o relato dos pontos discutidos na Comissão e posteriormente deliberados pela  
560 plenária conforme seguem: a) discutir no GT do PPA e articular na Comissão  
561 Intersetorial do Sinase, as propostas de cada ministério para a sua implantação; b)  
562 realizar campanha oficial contra a redução da idade penal envolvendo os ministérios em  
563 parceria com o Conanda; c) elaboração de parecer do Conanda com o apoio do jurista  
564 Dalmo de Abreu Dallari, do Conectas Direitos Humanos e do Pro Bono para impetrar  
565 um mandato de segurança com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal,  
566 visando à paralisação imediata da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tratava  
567 da redução da idade penal no Congresso Nacional, defendendo dessa forma a  
568 prevalência da soberania dos princípios constitucionais no Estado Democrático de  
569 Direito e em defesa do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. informou  
570 que o assunto já havia sido discutido com a ABMP, com a OAB e o Fórum Nacional  
571 DCA. Foi aprovado o encaminhamento do Mandato de Segurança dentro de quinze dias  
572 e que fosse feita articulações com entidades, juristas e advogados renomados para serem  
573 signatários do mandato. A Comissão propôs também, que o Ministro Paulo Vannuchi  
574 se posicionasse sobre a redução da idade penal em Rede Nacional; d) o Conanda deverá  
575 solicitar cópia dos PPAs dos ministérios para análise do GT/PPA e na correspondência  
576 informar o nome do conselheiro que representa o ministério no Conselho; e) os  
577 conselheiros Thereza e Manoel Onofre deverão elaborar ofício a ser encaminhado aos  
578 Conselhos Estaduais dos Direitos para que eles façam articulações com suas Bancadas  
579 nos Estado sobre a redução da idade penal e a Secretaria Executiva expedir as  
580 correspondências; f) a Presidente do Conanda deverá agendar a participação do Senhor  
581 Ministro Paulo Vannuchi na próxima reunião do Conanda; g) realizar Vídeo  
582 Conferência com os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos para discutir a  
583 questão do rebaixamento da idade penal; h) o Conanda deverá requisitar cópia dos  
584 relatórios técnicos, laudos e decisões judiciais sobre o "Champinha" e após análise do  
585 mesmo se posicionar sobre o assunto; i) indicação da Vice-Presidente para representar o  
586 Conanda no evento do dia dezoito de maio, na cidade de Santarém/Pará; j) indicação da  
587 conselheira Thereza de Lamare para representar o Conanda no Encontro de Executores  
588 do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil, no período de  
589 quatorze a dezessete de maio na cidade de Brasília; i) A Secretaria Executiva deverá  
590 encaminhar aos conselheiros, cópia do Anteprojeto de Lei de Execução das Médi-  
591 Socioeducativas aprovado pela Casa Civil; l) realizar reunião com representantes dos  
592 Conselhos Setoriais a fim de estabelecer pacto político sobre a questão da maioria  
593 penal / mandato de segurança. O Conanda deverá agendar a reunião para um dia antes  
594 da audiência com o Presidente da República. (As conselheiras, Thereza de Lamare e  
595 Marta farão as articulações com a SPDCA sobre a reunião); m) O conselheiro Ariel  
596 ficou responsável pela elaboração da minuta da "Carta do Pará" com as devidas  
597 recomendações de providências ao Governo do Estado, Ministério Público e ao Poder  
598 Judiciário; n) a Presidente do Conanda deverá pautar o tema redução da idade penal  
599 com a Radiobras; o) aprovado o documento a ser encaminhado à Câmara dos  
600 Vereadores do Estado de São Paulo referente ao discurso; p) informações sobre a  
601 realização de oficina sobre saúde mental em parceria: Conselho Federal de Psicologia,  
602 Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o IBCRIM e SBP e com o Fórum

603 Nacional de Saúde Mental, para a realização de laudo técnico e argumentação sobre a  
604 saúde mental dos adolescentes portadores de transtornos mentais. O Conanda deverá  
605 officiar ao Fórum Nacional sobre a parceria; q) pontuar na Carta do Pará as providências  
606 que deverão ser tomadas pelo Estado/Funcap, a fim de sanar os problemas detectados  
607 nas visitas às unidades de Internação: EREC / Ananideua, inclusive estabelecendo  
608 prazos para o seu cumprimento; r) agendar com o Presidente da República para discutir  
609 a questão da maioria penal, o encaminhamento do Anteprojeto de Lei ao Congresso  
610 Nacional e convidá-lo para participação das Solenidades de Abertura da VII  
611 Conferência Nacional; s) o Conanda realizar uma nova vistoria na Febem Tatuapé  
612 (Unidade da Fundação Casa) para encaminhar ao Ministério Público Federal e à Corte  
613 Interamericana, ficando agendada para o início do mês de junho próximo. Deverão  
614 participar da visita os conselheiros: Ariel, Júlia, Maria Ignês, Stela, Elenice, Marta e  
615 Antônio; s) realizar reunião conjunta das comissões de políticas públicas do conanda e  
616 do CNAS para tratar do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; t)  
617 inclusão no Plano Nacional de Enfrentamento as oficinas com os operadores do direito  
618 (promotores, juízes, advogados, defensores públicos e estagiários) 2) **Comissão de**  
619 **Orçamento e Finanças:** O conselheiro Fábio apresentou o relato dos trabalhos tendo  
620 sido registrado os pontos com suas devidas deliberações, conforme seguem: a) GT /  
621 PPA: O Conanda deverá solicitar as propostas de PPAs dos Ministérios, inclusive da  
622 SPDCA. Neste sentido, a Senhora Presidente apresentou uma panorâmica sobre os  
623 passos já realizados no PPA do governo federal, inclusive destacando a criação de  
624 novos programas nesta fase qualitativa como por exemplo, o observatório dos direitos  
625 da criança e do adolescente, englobando o Sipia, estudos e pesquisas e a sala de  
626 situações; b) Realizar Vídeo Conferência com os integrantes do GT/PPA no dia onze  
627 de junho para analisar as propostas dos ministérios à luz das prioridades estabelecidas  
628 pelo Conanda; c) A Secretaria Executiva deverá encaminhar até o dia quinze de maio  
629 cópia do Projeto da ABMP para contribuição dos conselheiros. O conselheiro informou  
630 sobre a abertura dos envelopes contendo os projetos do Edital dois mil e sete destacando  
631 o recebimento de duzentos e treze projetos. Acrescentou que no dia treze de maio  
632 próximo iria participar de reunião na SPDCA para conclusão dos trabalhos bem como  
633 avaliar e propor encaminhamentos sobre a situação dos estados que encaminharam mais  
634 de um projeto por envelope e outros envelopes com a documentação vencida,  
635 contrariando o disposto no Edital. 3) **Comissão de Mobilização e Formação:** A  
636 conselheira Marta apresentou o relato dos trabalhos tendo sido registrado os pontos,  
637 com as devidas deliberações, conforme seguem: a) Pesquisa Conhecendo os Conselhos:  
638 A Senhora Presidente se comprometeu a disponibilizar dois técnicos da SPDCA para  
639 juntamente com as conselheiras Marta, Maria Luiza e a assessora técnica Jackelie  
640 concluir o trabalho para ser deliberado na assembléia do mês de junho próximo; b)  
641 A Secretaria Executiva do Conanda deverá encaminhar aos conselheiros cópia do  
642 documento "Plataforma contra a Violência", elaborado pela conselheira Maria Ignês,  
643 para as devidas sugestões e posteriormente decidir qual a Comissão irá acompanhar o  
644 assunto; c) Reapresentação do Cartaz do Conselho Federal de Psicologia sobre a  
645 redução da maioria penal. Foram apresentados quatro modelos de cartazes e após o  
646 debate sobre os mesmos, fora aprovado o de número um, com dezesseis votos a favor e  
647 três votos contra bem como, a correção do texto para: "não a redução da idade penal e  
648 sim ao fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase".  
649 4) **Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional:** O conselheiro Fábio fez o  
650 relato dos trabalhos tendo sido registrados os pontos deliberados pela plenária conforme  
651 seguem: a) Os textos relativos aos eixos temáticos sobre o Sinase e Orçamento serão  
652 encaminhados por e-mail aos conselheiros até o dia onze de maio, para as alterações  
653 necessárias até o dia quinze de maio e, posteriormente, enviados aos Conselhos  
654 Estaduais dos Direitos para disseminação aos Conselhos Municipais dos Direitos; b) Foi  
655 aprovada a proposta dos seguintes nomes para a palestra magna, por ordem de  
656 prioridade: 1) Olympio de Sá Sotto Maior 2) Fábio Comparato 3) Gercino Gerson  
657 Gomes de Sousa. Foram feitas as indicações sobre as coordenações das mesas dos três

658 eixos, para deliberação na próxima plenária do mês de junho; c) Com relação a  
659 contratações das Empresas de Logística e Assessoria Técnica do evento, foi definido  
660 que as mesmas serão feitas por meio de edital para este fim; d) Com relação à  
661 metodologia, os seus instrumentais serão apresentados na próxima plenária do mês de  
662 junho; e) A SPDCA deverá contratar consultoria para a sistematização das prioridades  
663 da VI Conferência Nacional a ser entregue aos participantes da VII Conferência  
664 Nacional; f) Foi discutida e aprovada a proposta de planejamento das atividades da  
665 Comissão, tendo sido agendada a próxima reunião da Comissão Organizadora para o dia  
666 doze de junho próximo. **IV - Encerramento dos Trabalhos:** A Senhora Presidente  
667 destacou que o evento fora um marco na história do Conanda, considerando-o um  
668 significativo avanço, principalmente na interação com os grupos de trabalho. Agradeceu  
669 a colaboração de todos, principalmente da Senhora Alessandra da Funcap, que não  
670 mediu esforços para a realização do evento. Finalizando, destacou a participação em  
671 tempo integral de sete conselheiros governamentais neste evento. A Presidente do  
672 CEDCA, Senhora Solange, agradeceu a todos dizendo que para ela a experiência tinha  
673 sido muito rica. Falou das dificuldades em assumir um Conselho em fase de transição  
674 porém, tinha envidado todos os esforços para melhorar a situação das crianças e  
675 adolescentes daquele estado. Em seguida, presenteou a Senhora Presidente do Conanda  
676 com um mimo feito pelos adolescentes atendidos pela Funcap. A Vice-Presidente  
677 agradeceu a participação efetiva de todos e assumiu o compromisso de enviar a Carta do  
678 Pará aos participantes do evento e às autoridades competentes do Estado. Conclamou a  
679 todos a participarem das comemorações do dia dezoito de maio, bem como das  
680 Conferências Municipal e Estadual do Estado. Não tendo mais nada a ser tratado, a  
681 Senhora Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia.  
682 Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.  
683  
684

685 Carmen Silveira de Oliveira  
686 Presidente  
687  
688